



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

JORNAL DA UNICAMP

ED. 715

Campinas, 14 a 27 de outubro de 2024

www.jornal.unicamp.br

O tabuleiro do mundo 4a7

Em um mundo multifacetado, o cenário geopolítico atual evidencia tensões que ameaçam desde os valores democráticos até a vida no planeta

Exame de DNA no combate ao câncer de colo do útero **2**

Polímero inovador ajuda a conter inflamações bucais **3**

Conexões entre processos geológicos e vida primitiva **8**

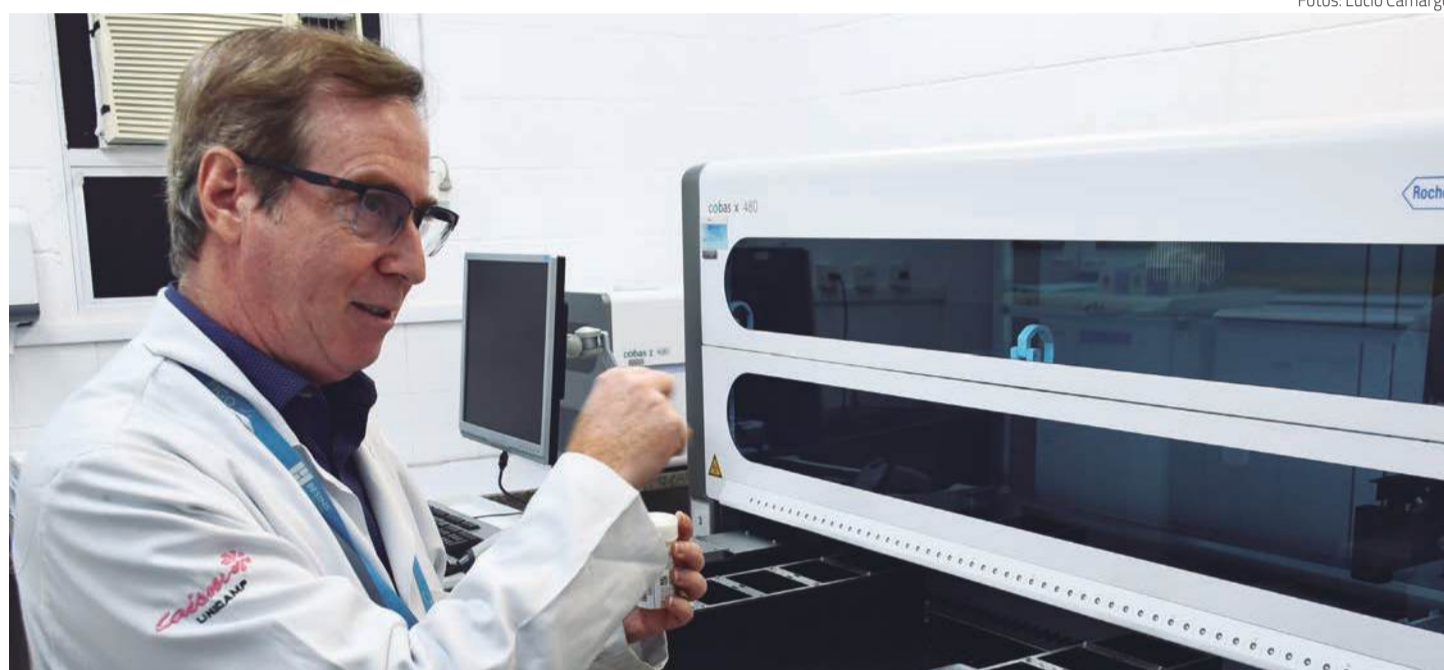
A rua como palco da busca pelo futebol-arte no Brasil **9**

Pesquisa destrincha política antigênero da era Bolsonaro **11**

Reflexões sobre a ditadura na arte contemporânea hoje **12**

Estudo comprova eficácia de teste de DNA do HPV

Além de antecipar diagnóstico do câncer de colo do útero em até dez anos, exame é mais econômico para o sistema de saúde



O médico e pesquisador Júlio Teixeira ao lado de equipamento usado no teste: processo automatizado elimina etapas e variáveis

MARINA GAMA
marinagc@unicamp.br

Um estudo pioneiro no Brasil está revolucionando a detecção precoce do câncer de colo do útero no sistema público de saúde de Indaiatuba, interior do Estado de São Paulo. Liderada por médicos do Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti (Caism) da Unicamp, a pesquisa usa um teste de DNA para a detecção do HPV aliado ao monitoramento ativo do público-alvo a fim de antecipar o diagnóstico da doença em dez anos. Os resultados dessa pesquisa foram publicados na revista científica *Scientific Reports*, do grupo Nature, e estão sendo utilizados como base para uma mudança nas políticas públicas do Ministério da Saúde voltadas à prevenção de câncer de colo do útero.

O projeto demonstrou que a substituição do tradicional exame de Papanicolaou pelo teste de DNA para detectar a presença do HPV não apenas é mais eficiente na identificação de lesões pré-cancerosas como também pode ser mais econômica para o sistema de saúde se implementada junto com um plano de monitoramento eficaz. No caso do teste de DNA, as mulheres fazem acompanhamento em ciclos de cinco anos e não mais de três. Outro ponto vantajoso do teste se deve, em grande parte, à sua precisão e reprodutibilidade. Enquanto o exame de Papanicolaou depende da interpretação humana em diferentes etapas, o teste de DNA do HPV é um processo automatizado, eliminando muitas das variáveis que podem levar a falsos negativos ou positivos.

Segundo um dos responsáveis pelo estudo, o pesquisador e médico do Caism Júlio Teixeira, com a mudança houve um aumento expressivo na detecção de lesões pré-cancerosas e um incremento de 60% na identificação de casos de câncer em estágios iniciais, quando com-

parado ao método de detecção tradicional. “Nós aumentamos em quatro vezes a detecção de lesões pré-câncer em relação aos cinco anos anteriores”, explica Teixeira. “Quando analisamos os casos de câncer detectados, dois terços eram microscópicos, em vez de avançados, como ocorria anteriormente.”

O pesquisador estima que, se o projeto desenvolvido em Indaiatuba for implementado em escala nacional, o novo método poderia evitar cerca de 350 mortes por mês no Brasil, das mais de 468 que ocorrem mensalmente devido ao câncer de colo do útero. O impacto potencial é significativo, de acordo com o médico. Além de evitar mortes, a detecção em estágio inicial das lesões precursoras e do câncer abre caminho para um tratamento mais simples, dispensando equipamentos ou infraestrutura sofisticados. Quando um câncer passa do estágio 1, deixa de ser operável e, na maioria das vezes, será tratado com radioterapia ou quimioterapia, procedimentos que exigem estrutura e equipamentos nem sempre disponíveis em todos os lugares do país. Ainda que os testes de DNA sejam mais custosos em comparação com o Papanicolaou, a médio e longo prazo os governos gastariam menos. “Custa menos por ano de vida ganha”, afirma o pesquisador.

Política pública

O êxito do projeto em Indaiatuba não passou despercebido pelo Ministério da Saúde, que, desde 2022, vinha acompanhando os resultados preliminares do estudo. Em março de 2024, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) aprovou o uso do teste de HPV no SUS. A previsão é que, dentro de poucos meses, o teste estará disponibilizado no sistema de atendimento médico.

Teixeira argumenta, no entanto, que não há necessidade de esperar por mais estudos ou implementações-piloto. “Por que você vai esperar mais alguns anos?”

questiona. “Pesa na consciência continuar fazendo o que estamos fazendo, em frente a todas essas evidências.” O pesquisador defende uma implementação gradual do novo método, começando pelos Estados e municípios já preparados para isso. São Paulo seria um exemplo de Estado com condições adequadas para essa transição. “Quando você coloca esses números para um governador, um prefeito, um secretário, ele vai ver isso, ele sabe como é o problema na cidade dele ou na região dele. Ele vai querer fazer isso”, argumenta o médico.

Um aspecto crucial para o êxito do projeto de Indaiatuba foi a implementação de um sistema informatizado a fim de gerenciar o programa de rastreamento. Esse sistema permite um controle eficiente da população-alvo, convocando e desconvocando pacientes conforme necessário. Teixeira ressalta que o aplicativo do SUS criado durante a pandemia de covid-19 poderia ser aproveitado em nível nacional. Há cerca de um ano, o Ministério da Saúde implementou um projeto em Recife (Pernambuco) com base no estudo realizado em Indaiatuba, buscando replicar e expandir o modelo para uma cidade mais populosa e com alto índice de mulheres com esse tipo de câncer.

'Estudo-sentinela'

O estudo em Indaiatuba não terminou com a publicação dos resultados de cinco anos. Na verdade, a pesquisa, que já completou sete anos e meio, continua. Teixeira explica que os resultados positivos transformaram o projeto em um “estudo-sentinela”, fornecendo informações valiosas sobre o que acontece nas rodadas subsequentes de testes. “Nesta segunda rodada, vamos repetir os testes nas mesmas mulheres que já os realizaram há cinco anos e, dessas que fizeram, retiramos aquelas que tinham a doença e que geraram exames e tratamentos”, explica o pesquisador.

As informações coletadas daqui por diante revelam-se importantes para o planejamento de longo prazo do programa, pois permitirá que os gestores de saúde responsáveis por implementar o método possam antecipar as mudanças nas demandas por diferentes tipos de serviços ao longo do tempo, otimizando a alocação de recursos. Embora não se consiga prever exatamente quando o câncer de colo do útero será erradicado do Brasil, Teixeira explica que podemos olhar para exemplos internacionais. A Austrália, que começou seu programa de vacinação contra o HPV em 2006 e que já utiliza o teste de DNA para o rastreamento do HPV, projeta que o câncer de colo do útero se transformará em uma doença rara antes de 2038.

Com a aprovação do uso do teste de DNA do HPV no SUS, o próximo passo é a publicação das novas diretrizes nacionais para o programa de rastreamento. Teixeira e outros pesquisadores da Unicamp continuam trabalhando e atuam como consultores nesse processo, garantindo que as lições aprendidas em Indaiatuba façam parte do programa nacional.



Amostras no Caism: aumento da detecção de lesões pré-cancerosas



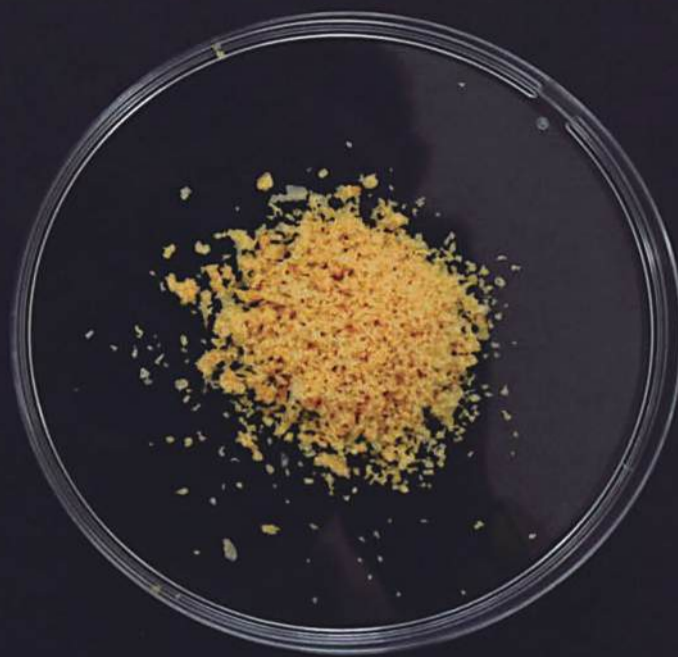
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor Antonio José de Almeida Meirelles Coordenadora Geral da Universidade Maria Luiza Moretti Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário Fernando Sarti Pró-Reitora de Pesquisa Ana Maria Frattini Fileti Pró-Reitor de Graduação Ivan Felizardo Contrera Toro Pró-Reitor de Extensão e Cultura Fernando Antonio Santos Coelho Pró-Reitora de Pós-Graduação Rachel Meneguello Chefe de Gabinete Paulo César Montagner Chefe de Gabinete Adjunta Adriana Nunes Ferreira

JORNAL DA UNICAMP Secretária Executiva de Comunicação Christiane Neme Campos Editor-chefe Álvaro Kassab Editora Raquel do Carmo Santos Chefia de reportagem Rachel Bueno Reportagem Adriana Vilar de Menezes, Carmo Gallo Netto, Felipe Mateus, Hebe Rios, Helena Tallmann, Hélio Costa Júnior, Juliana Franco, Liana Coll, Mariana Garcia, Marina Gama, Paula Penedo Pontes, Silvío Anunciação, Tote Nunes Fotos Antoninho Perri, Antonio Scarpinetti, Lúcio Camargo Projeto gráfico Luis Paulo Silva Editores de arte Alex Calixto de Matos, Paulo Cavallheri Atendimento à imprensa Ronei Thezolin Revisão Júlia Mota Silva Costa, Rodrigo Campos Castro Coordenadora do núcleo audiovisual Patrícia Lauretti Supervisora de TI Laura de Carvalho Freitas Rodrigues Acervo Maria Cristina Ferraz de Toledo, Sergio de Souza Silva Tratamento de imagens Renan Garcia Redes sociais Bruna Mozer, Octávio Augusto Bueno Fonseca da Silva Serviços técnicos Alex Matos, Claudia Marques Rodrigues, Elisete Oliveira Silva, Guilherme Pansani, Mateus Fioresi, Selvino Frigo Impressão Gráfica Pigma Correspondência Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. O Jornal da Unicamp é elaborado pela Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. Periodicidade quinzenal.

Ácido fólico auxilia no controle de infecções em implantes dentários

Polímero biodegradável desenvolvido na FOP libera composto acompanhando mudança no pH



O composto: liberação é feita de forma controlada e apenas quando o paciente apresenta uma inflamação na boca

FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br

O cuidado com a saúde bucal vai muito além de um sorriso bonito. A perda de dentes pode comprometer a mastigação, a fala e a digestão, além de potencialmente prejudicar a integridade dos demais dentes, enfraquecer o maxilar e a mandíbula e causar danos à gengiva. Dados de 2020 da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que cerca de 34 milhões de brasileiros já perderam 13 ou mais dentes e que 14 milhões vivem sem nenhum dos dentes naturais.

Na busca por recuperar a saúde e a autoestima de pacientes, os implantes dentários oferecem uma opção de alta performance clínica. Entretanto um desafio, no caso dos pacientes implantados, são as infecções, que podem provocar inflamação e até a perda dos implantes.

Pensando nesse problema, pesquisadores da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) da Unicamp desenvolveram um novo material com o objetivo de controlar as inflamações decorrentes de quadros infecciosos em implantes. Esse material, um polímero, contém ácido fólico, um produto de ação anti-inflamatória. O método recém-criado oferece uma outra vantagem: o composto é liberado de forma controlada, apenas quando o paciente apresenta uma inflamação na boca, condição em que há uma elevação da acidez.

O desenvolvimento do método, durante a pesquisa de doutorado de Raphael Cavalcante Costa com orientação do professor da FOP Valentim Barão e coorientação de João Gabriel Sousa, docente da Universidade Guarulhos (UNG), contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). O trabalho recebeu o Prêmio Capes de Tese 2024 na área de Odontologia e menção honrosa no Prêmio Tese Destaque Unicamp 2024 na área de Ciências Biológicas e Saúde.

Foco na inflamação

As infecções figuram como a principal causa de insucesso no caso de implantes dentários. Segundo os pesquisadores, estudos de revisão sistemática identificaram taxas de incidência que variam entre 12% e 40%, com média de cerca de 20%. “Um dos principais problemas clínicos decorrentes da infecção é a inflamação causada pelos microrganismos, que pode levar à perda óssea ao redor dos implantes”, destaca Costa.

Além do desconforto causado aos pacientes, essa ocorrência põe em risco o próprio implante e pode comprometer a integridade de outros dentes saudáveis. “A perda óssea pode ser tão grande que não há estrutura para um novo implante”, adverte Barão. “Nesses casos, são necessários outros procedimentos de regeneração óssea, como enxertos ou até o uso de ossos artificiais.”

Uma das limitações em relação ao controle dos quadros inflamatórios é que grande parte dos tratamentos disponíveis têm como foco a eliminação da infecção, tentando matar os micro-organismos responsáveis pelo problema, sem levar em conta a redução da inflamação. Tendo isso em mente, os pesquisadores buscaram avaliar o potencial do folato – a forma natural da vitamina B9, que se apresenta sinteticamente como ácido fólico – para atuar como um agente imunomodulador dos quadros inflamatórios. Suas propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias já são conhecidas, mas seus mecanismos de ação ainda demandam estudos a fim de que o composto possa ser aplicado de forma tópica.

Uma das dificuldades envolve garantir que o folato chegue a seu ponto de ação em uma concentração adequada para que tenha efeito terapêutico. Quando ministrado por via oral, a concentração do produto que chega à corrente sanguínea do paciente mostra-se insuficiente e, quando aplicado de forma tópica na área do implante, pode ser removido pela saliva.

A pesquisa inovou ao desenvolver um polímero que libera o folato em seu local de ação de forma controlada e apenas em episódios inflamatórios, evitando que o paciente fique exposto a doses excessivas do medicamento. O biomaterial, com uma consistência

semelhante à da parafina de vela, apresenta-se na forma de micropartículas e pode ser moldado diretamente nas roscas do implante em contato direto com os tecidos bucais.

A liberação do folato ocorre apenas quando há uma queda no pH do ambiente bucal – o pH diminui devido à produção de ácido lático como resposta a uma inflamação. “À medida que o polímero é degradado, o ácido fólico é liberado. O medicamento chega ao local da infecção para reduzir a inflamação na concentração adequada e no período de tempo correto”, explica Costa. De acordo com os estudos realizados em laboratório, o polímero consegue liberar o folato por 14 dias em uma concentração de 1 µg/mL, o suficiente para produzir o efeito anti-inflamatório.

O polímero, que recebeu o nome científico de PCL-MIP@FT, foi desenvolvido por meio da técnica de impressão molecular. Essa técnica consiste na produção de “moldes” com monômeros funcionais – moléculas mais simples, que podem interagir com outras e formar moléculas maiores –, por meio dos quais o polímero pode ser produzido. A policaprolactona (PCL), que é biodegradável e biocompatível com os tecidos bucais, serviu como base para encapsular o ácido fólico.

Caminho aberto

Os estudos passaram por três etapas. Inicialmente, houve a validação do mecanismo de ação anti-inflamatória do ácido fólico. Em seguida, os pesquisadores trabalharam na produção do polímero e em sua validação. Por fim, realizaram-se testes *in vivo* com ratos. Ainda são necessários testes clínicos, em pacientes humanos, para que o produto possa estar disponível nos consultórios e para que seu protocolo de uso esteja consolidado.

O processo pode estender-se por algum tempo, mas Costa, com base nos resultados preliminares, estima que o protocolo clínico ideal recomendaria a aplicação tópica do material nas regiões expostas do implante, seguida de uma reaplicação em consultório, se necessário após 14 dias. Depois de 60 dias, o organismo terá eliminado por completo o material.

O reconhecimento do caráter inovador da pesquisa por meio dos prêmios concedidos pela Unicamp e pela Capes causou grande satisfação aos pesquisadores. “Tenho muito orgulho dessa conquista. Foram quatro anos de desenvolvimento do material, um trabalho multidisciplinar que envolveu diversos processos e parceiros”, comemora Costa. Para o orientador, contribuir com inovações que beneficiem as pessoas motiva os pesquisadores. “Ter o reconhecimento de nossos colegas é motivo de extrema alegria.”



O professor Valentim Barão (à esq.), orientador, e Raphael Cavalcante Costa, autor da tese: folato é liberado durante 14 dias

A

o contrário do que propôs há três décadas o filósofo e cientista político Francis Fukuyama, ao defender, no livro *O Fim da História e o Último Homem*, que a democracia liberal e o progressismo seriam o destino derradeiro da humanidade, paira atualmente sobre o mundo uma tensão incessante. A polarização entre os Estados Unidos e a China, o agravamento dos conflitos no Oriente Médio e a escalada do autoritarismo em diversos países compõem uma caótica conjuntura global, marcada por crises que se sobrepõem e se conectam. Para fomentar reflexões sobre os desafios e as especificidades dos dias atuais, esta edição do *Jornal da Unicamp* traz análises sobre as circunstâncias e os fatores envolvidos nesse árido panorama – temas de dois livros lançados recentemente pela Editora da Unicamp.

Na coletânea *O Segundo Círculo: Centro e Periferia em Tempos de Guerra*, os desafios contemporâneos são examinados por 19 autores, que discutem seus efeitos e possíveis saídas. A obra traça relações entre a hegemonia neoliberal, a erosão da sociedade e a crise da democracia para descrever o cenário desenhado a partir do retorno de uma geopolítica global bipartida e da ascensão do autoritarismo, além de explorar as reverberações dessa conjuntura no Brasil, no restante da América Latina e em todo o planeta. Esta reportagem tem como base uma conversa com Cicero Araujo, filósofo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e um dos organizadores do livro, e com Carlos Etulain, economista, professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp e autor de um dos capítulos.

Na sequência, nas páginas 6 e 7, o filósofo francês Pierre Dardot analisa o neoliberalismo enquanto razão que organiza a sociedade contemporânea e fala de *A Memória do Futuro: (Chile 2019-2022)*, obra na qual recupera a história da ditadura chilena, comandada por Augusto Pinochet, e a instalação de seu projeto neoliberal, para interpretar o fracasso, em 2022, da iniciativa de elaboração de uma nova Constituição naquele país. As entrevistas ocorreram durante o *II Seminário Discutindo o Brasil e o Mundo*, promovido pela Editora da Unicamp.

Fragmentos de um mund

MARIANA GARCIA
marianagarcia@unicamp.br

Organizado pelos professores da Universidade de São Paulo (USP) André Singer, Bernardo Ricupero, Cicero Araujo e Fernando Rugitsky, o livro *O Segundo Círculo: Centro e Periferia em Tempos de Guerra* contempla um mundo em agonia, tomado por insegurança e indefinição. Seus capítulos destacam problemas críticos da atualidade, cujos rumos ainda são incertos, embora suas consequências já se mostrem palpáveis, conforme indicam as tensões que ameaçam desde os valores democráticos até a vida no planeta.

A volta da bipolarização geopolítica e a consolidação do autoritarismo servem de tema central para a obra, costurando suas três partes. As consequências da desagregação social decorrente da supremacia do neoliberalismo são abordadas na abertura da publicação; em seguida, os capítulos tratam das implicações da nova ordem global para a América Latina. A busca, no pensamento de teóricos brasileiros, por respostas para as questões levantadas encerra o livro.

Além de viabilizar a publicação, o apoio da Reitoria da Unicamp possibilitou a realização, por Etulain, de uma pesquisa *in loco* sobre os desmembramentos do Plano Biden. Em um capítulo assinado pelo docente e pelo pesquisador mexicano Jorge López Arévalo, da

Universidade Autónoma de Chiapas (México), há uma análise sobre o programa econômico intervencionista do democrata norte-americano e de suas reverberações no contexto mundial.

Um dos organizadores da coletânea, Araujo explica que o título do livro é inspirado no clássico *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, e na ideia do segundo círculo do inferno. A imagem serve, na coletânea, de metáfora para ilustrar o acirramento do quadro desolador deixado pela economia neoliberal, sobretudo nos países centrais. Um contraste em relação à China, que aproveitou a oportunidade para expandir sua indústria e sua atuação internacional. “Embora internamente tenha praticado políticas diferentes, a China se beneficiou da era neoliberal. Olhando para o desempenho da sua economia e sua sociedade, vê-se o país surgindo como a oficina do mundo, o grande polo industrial, com um crescimento econômico gigantesco.”

A vitória eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, serve de marco para o livro. Sob comando, pela primeira vez, de um presidente extremista, o país experimentou uma regressão autoritária, ao mesmo tempo em que endureceu suas relações com a China – já então promovida a potência industrial e econômica mundial.

De acordo com Etulain, o republicano fez de sua política externa uma bandeira ideológica e passou a interferir nas relações comerciais que eram, até então, bem azeitadas. “Trump aplicou taxas e tarifas à importação chinesa utilizando argumentos marcados por um tom bélico, muito próximo do discurso de ódio que defendia e que se espalhou pelo mundo. Algo, aliás, bem conhecido aqui, no Brasil”, afirma.

Ao mesmo tempo que potencializa o risco de uma escalada bélica, a tensão entre os dois países impõe a necessidade de novos alinhamentos, o que pode ampliar a importância dos Estados. Fortalecidos, certos países se beneficiariam no palco das negociações internacionais. Para a América Latina, a reconfiguração sinaliza uma possibilidade de reindustrialização, em razão da disputa entre as duas grandes potências.

O Brasil, tradicionalmente pragmático quando se trata de política externa, reúne condições de ganhar maior destaque como liderança regional, concordam os dois professores. “Com Lula [o presidente Luiz Inácio Lula da Silva], o país tem conseguido jogar com o conflito e se manter neutro. Negocia com a China, que tem investimentos no país, mas, ao mesmo tempo, para os Estados Unidos, demonstra interesse em participar da indústria dos chips. Trata-se de uma situação ambígua. Embora essa situação seja perigosa e problemática, oportunidades se apresentam”, diz Araujo.

Diante da conjuntura, Etulain põe em xeque a própria classificação do Brasil como país periférico. Sua

dimensão continental, aliada à sua abundância de recursos e riqueza cultural, garantem seu *status* de potência econômica. “[O Brasil] é um país com uma capacidade de rápido crescimento e de se recriar apesar das crises, dos problemas e do lastro de desigualdade e pobreza que carrega. Portanto, se bem governado e bem administrado, pode ser muito promissor.”

A habilidade brasileira para dialogar com o restante do mundo o diferencia, por exemplo, da Argentina, compara o economista, referindo-se sobretudo ao atual governo de Javier Milei, que escolheu o confronto e preferiu rejeitar a China, além de recusar a participação nos Brics (organização intergovernamental formada por vários países, entre os quais Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Graças a essa vocação, o governo brasileiro pode atrair fundos e investimentos que impulsionariam um ciclo de gastos, gerando benefícios sociais e melhorando a vida das pessoas, argumenta Etulain. Saindo de um processo de desindustrialização e desinvestimento, o Brasil tem um desafio a enfrentar, pois fazer política econômica envolve conflitos de interesse, debates políticos e implementação de medidas.

Por outro lado, a combinação brasileira de disponibilidade de recursos com uma conjuntura marcada pelo atraso, além da dificuldade de inserção nas cadeias globais de produção, exige a definição de políticas econômicas para produção, infraestrutura, investimentos e gastos. “Lula, com muita habilidade política, sabe aproveitar deste momento em que se estreitam as margens de negociação”, opina.

Na esfera internacional, a relevância do Brasil não se limita ao seu potencial como provedor e consumidor de mercadorias e serviços. Quando acionado como mediador de conflitos ou para atuar como agregador, o país se destaca. Mais do que suas ações no jogo das grandes potências, como nas tentativas de interceder nas guerras da Ucrânia e na Faixa de Gaza, é na América Latina que sua atuação se faz mais estratégica, defende Araujo.

A postura do governo Lula diante do desfecho da última eleição presidencial na Venezuela é citada pelo professor da USP como exemplo do tipo de liderança que o governo brasileiro pode exercer sobre seus vizinhos, uma liderança pautada pela negociação e pela defesa dos preceitos democráticos. Mesmo no caso de antigos aliados.

“Ao dizer que era preciso garantir eleições limpas e livres, o Brasil adotou uma postura assertiva, sem precisar fazer alinhamento com a oposição [venezuelana]. E mostrou, assim, serem mais importantes, do que saber se quem está governando o país alinha-se à direita ou à esquerda, a preservação e a promoção das regras democráticas.”

Foto: Antoninho Perri



O filósofo e professor Cicero Araujo: Brasil foi assertivo em relação ao pleito na Venezuela

Foto: Lúcio Camargo



Centro financeiro e comercial no distrito de Pudong, em Xangai, visto a partir do bairro de Bund: China se beneficiou da hegemonia do neoliberalismo

o em convulsão

Foto: Divulgação



Capa de *O Segundo Círculo: Centro e Periferia em Tempos de Guerra*: na pauta, geopolítica e autoritarismo

Interregno

O conceito de “interregno”, emprestado do pensador italiano Antonio Gramsci, surge no livro para traduzir a indefinição e a instabilidade que pairam sobre os tempos atuais. Um cenário que começou a se desenhar em 2008, com o *crash* da economia, e se materializou com o abalo do ideário democrático. Ao contrário do que aconteceu em crises anteriores, quando países periféricos viram-se tomados por ditaduras, desta vez o colapso se deu justamente onde as instituições democráticas pareciam sólidas, confiáveis e socialmente evoluídas.

“Qualquer coisa que acontecesse na política dos Estados Unidos já causaria um efeito no resto do mundo, por envolver a maior potência estatal do planeta. Especialmente nesse caso, ainda houve uma enorme consequência simbólica, pois se trata de um dos berços, senão o berço, da experiência democrática moderna”, analisa Araujo. O epicentro da crise, exatamente onde os cientistas políticos tinham como certos o desenvolvimento e a estabilidade do sistema democrático, borrou politicamente as diferenças entre os Estados tidos como centrais e periféricos.

A origem dessa turbulência, segundo as análises presentes no livro, relaciona-se com uma deterioração provocada pelo sistema neoliberal. Embora as grandes empresas norte-americanas tenham se beneficiado da globalização da economia, que permitiu a distribuição de seus produtos mundo afora, a classe trabalhadora desses países sofreu com o desemprego, e o governo, conseqüentemente, perdeu legitimidade interna.

Instalou-se assim uma conjuntura propícia para a eclosão de forças políticas autoritárias, observa Etulain. “Houve uma contribuição da ordem neoliberal para desalinhar o tecido social, criando um ambiente favorável ao surgimento de condutas antipolíticas que corroem o *ethos* da democracia. As queimadas que tomaram conta do Brasil no inverno são emblemáticas dessa situação. Não à toa, são causadas por forças humanas interessadas simplesmente em ampliar a fronteira agrícola, por exemplo.”

A ascensão da extrema direita no mundo, esclarece o economista, não pode ser considerada a causa desse quadro. Trata-se, na verdade, de uma consequência do desgaste dos valores democráticos, um fenômeno evidente tanto no discurso de ódio como na descrença generalizada em relação aos governos e a sua capacidade de conduzir a economia.

Portanto, conclui Etulain, a ameaça à democracia não estaria nas discussões acaloradas entre a esquerda e a direita, afinal, embates de ideias fazem parte do jogo político. O perigo, alerta, estaria na destruição dos princípios construídos pela humanidade para formular seus acordos e viver em paz. “Partilhando os frutos do progresso”, conclui.

A solução contra a falência da democracia, segundo a avaliação dos docentes, depende de os governantes e as nações conseguirem romper com a posição que causou seu estremecimento. Um processo longo e hoje dificultado pelo aumento do pessimismo e do mau humor da população mundial, observa Araujo. “Há um componente psicossocial na crise, que não favorece a superação do quadro.”

Apesar do desemprego, do empobrecimento generalizado e da perda de direitos, o filósofo pondera que a ordem capitalista não vem sendo questionada. Ao contrário, sofreu uma naturalização, como se tivesse se tornado parte da paisagem. É o que indicam as discussões em torno de alternativas para sanar a crise contemporânea.

“Curiosamente, as soluções aparentemente mais realistas são aquelas que surgem dentro do capitalismo. Um exemplo é a ideia de transformar a natureza em um negócio, por exemplo. Ou mudar completamente a indústria automobilística e fabricar carros elétricos. O raciocínio: se consigo converter o enfrentamento dos danos ao meio ambiente em um projeto compatível com o capitalismo, posso fazer essa agenda prosperar.”

KEYNESIANISMO À LA BIDEN

Desde sua implantação em 2021, o Plano Biden investiu o equivalente a três produtos internos brutos (PIBs) do Brasil na economia e na sociedade norte-americanas. Descolando-se do restante do mundo capitalista, o presidente democrata elegeu o pensamento keynesiano como norte para construir um programa de intervenção econômica focado no desenvolvimento de infraestrutura, indústria e tecnologia, na geração de empregos e no financiamento de políticas sociais, sobretudo nas áreas da saúde e da educação. Contrariando, portanto, o receituário neoliberal incensado pela mídia e o mercado financeiro, cuja supremacia, nos Estados Unidos, datava dos anos 1980.

Etulain destaca que uma iniciativa do tipo mostra-se rara na história do país, tradicional defensor do Consenso de Washington, do Estado mínimo, dos ajustes e dos cortes de gasto. Entretanto não é inédita. Após o *crash* da bolsa em 1929, o Estado encampou sua maior empreitada intervencionista, o New Deal. “Sem isso, os Estados Unidos não teriam se tornado o país do pleno emprego, no pós-guerra. Com o Plano Biden, estão demonstrando, como antes, que as economias são capazes de crescer e liderar processos virtuosos de produção e de renda fazendo política econômica”, afirma.

Entre fevereiro e abril deste ano, o professor da FCA observou de perto o comportamento do programa de Biden – no livro, algo associado à ideia de um novo americanismo. A partir de sua pesquisa, que envolveu a realização de entrevistas com pesquisadores e especialistas de diversas instituições, como o Banco Mundial e a Universidade de Columbia, Etulain observou uma melhora na condição de vida das pessoas. “Mesmo com a desidratação do plano, em função da oposição republicana, implementaram-se políticas sociais de grande efeito, em grande volume, se comparamos com as de outros países”, afirma.

Sua análise destaca a importância simbólica do Plano Biden para o mundo por, afinal, indicar o rompimento, por parte do líder global, com o sistema que havia se transformado em sinônimo da economia norte-americana e que passou a ser adotado praticamente por todos os atores da esfera capitalista. “O receituário neoliberal é a antipolítica econômica, como se a economia pudesse existir por si própria. A experiência do século 20, no entanto, comprova ser preciso gerir as economias.”

A principal contribuição do programa do atual presidente norte-americano, conclui o professor da FCA, é mostrar para os demais países a necessidade de empregar uma política econômica que privilegie gastos públicos para impulsionar a indústria sustentável internamente e gerar renda. Em um momento de disseminação de discursos afeitos à extrema direita, que acusam iniciativas intervencionistas de pôr em risco o controle da inflação e a austeridade fiscal, o exemplo dos Estados Unidos revela-se significativo especialmente para os países ditos periféricos, onde a desigualdade social é ainda maior.

Foto: Antoninho Perri



O professor e economista Carlos Etulain: acompanhando, de perto, os desdobramentos do Plano Biden

'Precisamos romper com a

O filósofo francês Pierre Dardot analisa como a subjetividade mercadológica impacta as relações sociais e a democracia

FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br

Ao assumir a Presidência da República na Argentina, em dezembro de 2023, Javier Milei pôs em curso um projeto ultraliberal. Com a justificativa de reorganizar o país e solucionar sua grave crise econômica, emitiu decretos e projetos de lei promovendo desregulamentações, privatizações e outras mudanças na estrutura do Estado argentino. Também houve uma reorganização dos ministérios, agora reduzidos a apenas oito. Temas como infância e adolescência, educação, trabalho, seguridade social e cultura ficaram reunidos sob o novo Ministério do Capital Humano. Mais do que um projeto econômico, uma nova mentalidade passou a governar os nossos *hermanos*.

Pensar o neoliberalismo na qualidade de uma lógica que orienta a organização social e impõe uma nova subjetividade aos cidadãos é o trabalho de Pierre Dardot, filósofo francês e pesquisador da Universidade Paris-Nanterre. Na entrevista a seguir, o estudioso explica como governos de direita e de esquerda perpetuam a racionalidade neoliberal, analisa a atualidade latino-americana e ressalta a importância de novas experiências que fortaleçam a democracia.

Jornal da Unicamp – Suas análises partem de uma leitura do neoliberalismo enquanto razão que organiza a sociedade. Gostaria que o senhor explicasse essa ideia.

Pierre Dardot – Minha ideia se distingue da análise habitual de considerar o neoliberalismo como uma política econômica. Quando escrevi *A Nova Razão do Mundo* (Editora Boitempo, 2016) com Christian Laval, entre 2009 e 2010, éramos vozes solitárias no campo intelectual, porque não havia um discurso do tipo em voga. A diferença é a seguinte: não falamos apenas de uma razão que orienta a formulação de uma política econômica. Quando falamos que o neoliberalismo constitui uma política econômica, consideramos a política do governo militar do Chile, por exemplo, ou do governo de Valéry Giscard d'Estaing, que comandou a França entre 1974 e 1981, ou mesmo de governos recentes. Trata-se de um cenário em que existe uma ideologia, e o governo é levado a aplicar uma política ditada por essa ideologia.

A ideia de racionalidade é diferente. Antes de tudo, essa é uma lógica que organiza as práticas. Para nós, essa ideia revela-se muito importante porque não podemos pôr fim a uma racionalidade da mesma forma como a um governo. Podemos mudar quem está no governo, mas a racionalidade pode continuar sempre a mesma. Isso é importante porque indica que precisamos romper com a racionalidade neoliberal, não apenas com a política neoliberal. Essa política materializa uma ideia de concorrência mercadológica a organizar as relações sociais, a conduzir o funcionamento do Estado. Quanto mais o Estado interioriza as normas da concorrência, do direito privado, mais ele se torna neoliberal de forma orgânica. Não se trata de uma ideologia em primeiro lugar, nem de uma política econômica. Essa é, em primeiro lugar, uma lógica total, uma lógica de práticas.

JU – O senhor acredita que o cenário da América Latina favorece a consolidação dessa racionalidade neoliberal?

Pierre Dardot – A região é um terreno favorável [para isso]. Nunca podemos nos esquecer que a América Latina desempenhou um papel de laboratório das políticas neoliberais elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional para o continente. Isso teve início com o Chile, durante a ditadura de Pinochet, mas o continente como um todo serviu de laboratório do neoliberalismo. Em 1975, os chamados Chicago Boys assumiram a economia chilena e reformaram completamente o país. Pinochet, no entanto, tinha perfeitamente clara a cons-



Protesto em Buenos Aires contra o Decreto de Necessidade e Urgência de Javier Milei: empossado em dezembro de 2023, presidente argentino adotou projeto ultraliberal

Foto: Lúcio Camargo



O filósofo francês Pierre Dardot: "A América Latina desempenhou um papel de laboratório das políticas neoliberais elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional para o continente"

ciência de que não se tratava apenas de uma questão de política econômica. Jaime Guzmán, que elaborou o projeto da Constituição Chilena de 1980, dizia que o objetivo não era mudar apenas a política econômica, mas transformar todas as relações sociais. Em 1976, houve o golpe civil-militar na Argentina. É interessante notar que as duas ditaduras se apoiaram no neoliberalismo. Porém, no que diz respeito à racionalidade neoliberal, a Argentina foi menos eficaz. No Chile, até hoje existe uma subjetivação neoliberal muito mais avançada que na Argentina, e isso mesmo depois do surgimento de personagens como Javier Milei. Foram 40 anos de dominação neoliberal no Chile. Pinochet deixou o poder em 1990, no entanto, como dizem os chilenos, o pinochetismo ainda não foi embora.

O governo que sucedeu Pinochet, o governo da chamada Concertación, uma coalizão de três partidos, não pôs fim à Constituição de 1980. Os governos da Concertación seguiram até 2013, quando a coalizão ruiu durante a presidência de [Sebastián] Piñera. Piñera não fazia parte da Concertación, mas seu sistema era concertacionista, já que se apoiava nos acordos entre os partidos, algo horrível, porque coloca os cidadãos de lado. Essa lógica permanece no Chile, de um certo ponto de vista. Mesmo [Gabriel] Boric não foge da lógica da Concertación.

JU – Aqui no Brasil tornou-se comum o discurso de pessoas que defendem ser empreendedores de si mesmos e de que o Estado seria um obstáculo para seu sucesso. Essa é uma forma de consolidação dessa subjetividade neoliberal?

Pierre Dardot – Penso que a subjetivação neoliberal no Brasil tem bases históricas diferentes. A ditadura militar de 1964 não foi neoliberal, mas uma ditadura nacional-desenvolvimentista. No Chile, tudo ocorreu ao mesmo tempo e isso faz uma diferença considerável. Penso que [Jair] Bolsonaro se beneficiou desse cenário. Essa subjetivação que você menciona, dos empreendedores de si mesmos, surgiu antes de sua ascensão ao poder, em 2018. Nós sempre temos a ilusão de ser a ascensão ao poder de um governante que cria as condições de subjetivação neoliberal. Mas nem sempre.

'racionalidade neoliberal'



Foto: Fotos Públicas

Lula [Luiz Inácio Lula da Silva], porque ele não tem maioria no Congresso. A maioria é formada pela direita e pela extrema direita. Sobra uma margem de manobra muito estreita. Nessa situação, a esquerda precisa reinventar suas formas de intervenção ao invés de se prender a uma espécie de projeção imediata em escala federal. No Brasil, a esquerda tende a pensar que, a partir do momento em que chega ao governo federal, pode transformar tudo. E, sim, muitas coisas foram feitas. Contudo a situação atual mostra-se difícil. Não podemos esperar a ação do governo federal.

JU – O senhor faz uma crítica à postura das esquerdas, que buscariam sempre o consenso entre os partidos, o que faz com que o pêndulo do poder se aproxime cada vez mais da direita. É o caso de países da América Latina em que a esquerda está no governo, como no Brasil, na Colômbia, com Gustavo Petro, ou no México, até recentemente com Andrés Manuel López Obrador?

Pierre Dardot – López-Obrador é um caso diferente. Ele é muito popular, mas tende ao autoritarismo. Ele esvaziou as instituições de defesa dos direitos humanos e as enfraqueceu. No meu ponto de vista, isso não é uma democracia. Petro atua de forma diferente. Acho interessante que, pelo menos no início, foi diferente de Boric no Chile, que expressou o espírito do concertacionismo por meio dos acordos com outros partidos. Petro, não. Ele comprou uma briga com os juizes do país que começaram a fazer acusações contra ele, algo clássico na América Latina. Sua resposta distoa da de Boric, algo diferente do que acontece no Brasil. Essa foi uma resposta ofensiva. Ele chamou seus partidários a protestarem, houve manifestações importantes contra a ofensiva dos juizes. Acredito que ele foi corajoso e não expressa nem um pouco o espírito da Concertación, uma atitude bem diferente da esquerda chilena, por exemplo, ou mesmo dos partidos de esquerda brasileiros. Penso ser preciso que as esquerdas se renovem e tenham um espírito mais ofensivo, porque hoje a grande dificuldade é o fato de as esquerdas estarem na defensiva. É necessário se opor com uma lógica diferente, contra a racionalidade neoliberal.

JU – E, neste contexto latino-americano, como interpretar e lidar com a situação da Venezuela de Nicolás Maduro?

Pierre Dardot – Esse quadro é uma tragédia para a Venezuela e para toda a América Latina. Na verdade, o que acontece lá decorre da erosão democrática de todo o continente, não sendo apenas uma consequência do cenário interno do país. Precisamos reconhecer que [Hugo] Chávez tinha um caráter autoritário em sua forma de governo, mas diferente de Maduro. Desde a morte de Chávez, a situação mudou completamente. Maduro está no poder desde 2013 e acredito que, pelo menos alguma vez antes deste último pleito, já tenha perdido as eleições. No entanto continua no poder de forma obstinada e, para isso, tornou-se ainda mais autoritário. Isso é trágico porque, francamente, se sou um cidadão venezuelano, não sei o que fazer em um cenário no qual preciso escolher entre María Corina Machado e Maduro. Atualmente, o regime venezuelano é totalmente autoritário e as mínimas formas de participação popular que existiam durante o governo de Chávez acabaram suprimidas. Por outro lado, Corina Machado é pró-Milei. Ela considera boas as políticas de Milei. De um lado, há uma extrema direita neoliberal e, de outro, alguém que tenta representar uma sobrevivência do chavismo, mas que, na verdade, entrega uma ditadura populista.

JU – Em sua obra, o senhor atribui parte dos problemas que ocorrem na América Latina ao modelo presidencialista adotado pelos países e defende a democracia deliberativa. Como um sistema desse tipo funcionaria?

Pierre Dardot – Eu me apoio nas ideias do jurista argentino Roberto Gargarella. No entanto, para mim, a verdadeira democracia é uma extensão da prática da deliberação coletiva. Para compreender essa ideia, temos de repensar a lógica da separação de poderes. Por exemplo, da Suprema Corte dos Estados Unidos participam juizes indicados pelo presidente, que leva em conta a postura desses juizes, como ser contra ou a favor do aborto. Isso não é democrático. Esse não pode ser o Poder Judiciário de uma democracia. Na visão do constitucionalismo deliberativo de Gargarella, um tribunal constitucional não



Foto: Ricardo Stuckert

Encontro de Boric e Lula em Santiago, em agosto deste ano: para Dardot, presidente chileno "não foge da lógica da Concertación"

pode modificar a ou decidir sobre a constitucionalidade de uma lei sem considerar a vontade dos cidadãos. Nessa perspectiva, um tribunal constitucional deve articular a intenção dos poderes com a vontade popular por meio de referendos. Por esse ponto de vista, essa é uma democratização radical.

A tentativa recente de reformar a Constituição chilena é uma aplicação do princípio da deliberação coletiva. No entanto aconteceu uma experiência fechada, que não atingiu o conjunto da população. Houve discussões apenas entre determinados setores, não com o conjunto da sociedade. A Constituição resultante desse processo foi muito vanguardista. Por exemplo, inclui-se no texto a questão da identidade não binária de gênero. Mas será que isso deve constar em uma Constituição? Na minha visão, houve um exagero. A ideia era que essa fosse uma Constituição dos movimentos sociais. O resultado, porém, foi que esses movimentos afastaram-se da sociedade, levando ao fracasso do processo. Quando se utiliza o recurso da deliberação coletiva, precisamos ter cuidado para não fazer recortes da sociedade. Estima-se que 25% da população chilena tenha participado de protestos entre 2019 e 2021. Ao negligenciar toda a extensão da sociedade, é inevitável uma volta ao ponto de partida. Foi justamente o que aconteceu no Chile.

JU – O senhor acredita que as práticas de deliberação coletiva são uma forma de frear o avanço da racionalidade neoliberal?

Pierre Dardot – A deliberação coletiva é uma forma de criar brechas, o que já é importante. No entanto, para pensarmos no fim da racionalidade neoliberal, temos de projetar um horizonte temporal muito amplo, uma vez que a razão neoliberal é global. As ações de movimentos sociais e os intercâmbios entre movimentos de países diferentes, que levam a práticas transfronteiriças e a alianças transnacionais entre movimentos, revelam-se fundamentais. A razão neoliberal, porém, é uma razão global. Não podemos resolver essas questões apenas dentro dos limites nacionais, porque em tudo há a razão neoliberal. Veja o exemplo do Estado chinês. Não se trata de um Estado neoliberal, mas o país joga um jogo de razão neoliberal. Há um método para manter o Estado centralizado, ditatorial, há uma grande vigilância sobre os cidadãos, o que é terrível. Contudo, ao mesmo tempo, vemos uma inserção do Estado chinês no jogo da racionalidade neoliberal. Essa é uma situação muito complexa, e a China oferece um bom exemplo disso.



Foto: Divulgação

Capa de *A Memória do Futuro: (Chile 2019-2022)*; obra recupera a história da ditadura chilena de Augusto Pinochet

Penso ser importante essa questão, sobre como a subjetividade neoliberal ocorre no Brasil, a fim de pensarmos novas maneiras de enfrentá-la e experimentar novas formas de luta e de democracia. A esquerda brasileira baseia-se muito no poder federal central. Isso resulta em algo contraproducente, principalmente se considerarmos a situação atual do terceiro governo de

Pesquisa investiga correlação entre vida primitiva e processos geológicos

Artigo publicado na *Scientific Reports* preenche lacuna acerca de um dos eventos mais marcantes que o planeta já experimentou

ELIANE DARÉ
Especial para o *Jornal da Unicamp*

Há cerca de 2 bilhões de anos, durante a Era Paleoproterozoica, ocorreu um evento sem precedentes na história da Terra, um evento que representou um marco crucial para a evolução da vida – o Lomagundi-Jatuli. Naquele período, ocorreu o maior e mais prolongado desvio nos níveis de carbono registrados no planeta. Acredita-se que o episódio esteja ligado a um aumento significativo na quantidade de oxigênio nos oceanos e na atmosfera.

Novas evidências sobre as condições ambientais da Terra naquele período foram encontradas por um grupo de pesquisadores brasileiros e apresentadas em um artigo na *Scientific Reports*, uma revista do grupo Nature. A publicação, assinada por Felipe Holanda Santos (Unicamp/Universidade Federal do Ceará – UFC), Wagner da Silva Amaral (Unicamp), Evilarde Carvalho Uchôa Filho (Serviço Geológico do Brasil/UFC), Fabrício de Andrade Caxito (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), Ana Clara Braga Souza (UFC), Douglas Teixeira Martins (Instituto Federal do Piauí – IFPI) e Brenda de Andrade Feitosa (Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa), preenche lacunas sobre como a vida influenciou processos geológicos da Terra em seus estágios iniciais a partir da análise de rochas ricas em grafita coletadas no norte da Província Borborema, no nordeste do Brasil.

A grafita é um mineral composto de carbono, base essencial da vida. O artigo traz como novidade justamente a evidência de que o carbono orgânico, presente em rochas ricas em grafita, pode ter desempenhado um papel ativo em processos geológicos de formação de minerais. O estudo sugere que a grafita acumulada em sedimentos ricos em manganês pode ser derivada de matéria orgânica antiga, possivelmente bacteriana.

“Isso reforça a ideia de que a vida influenciou diretamente o ciclo de carbono e a formação mineral no passado da Terra”, explica Santos, que defendeu seu doutorado em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Geociências do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp sob orientação de Amaral, docente do Departamento de Geologia e Recursos Naturais do mesmo IG. “A pesquisa ajuda a



Foto: Lúcio Camargo

O professor Wagner da Silva Amaral: relação entre a grafita e minerais de manganês encontrados nas rochas

compreender melhor a evolução ambiental e biológica do nosso planeta durante eventos geológicos de grande escala”, diz o estudioso.

De acordo com Amaral, Santos iniciou uma pesquisa no IG estudando depósitos de manganês a partir de material coletado em uma mina do nordeste do Ceará. A Província Borborema é uma região-chave para entender como se formaram esses depósitos. Lá, os pesquisadores tiveram acesso a testemunhos de sondagem feitos por uma empresa de mineração. Esses furos de sondagem permitem a coleta de amostras de rochas da subsuperfície.

“O acesso a esse material é muito difícil porque é caro e as empresas em geral não costumam fornecê-lo”, lembra Amaral. Os resultados da análise indicaram que as rochas com grafita se formaram em altas temperaturas, de até 634 °C, por meio de metamorfismo – processo que altera a estrutura físico-química das rochas. “Essa descoberta é importante porque mostra que o

carbono orgânico pode ter sido parcialmente liberado [desgaseificado] durante esse aquecimento, mas que, ainda assim, uma parte significativa ficou preservada”, explica o docente do IG.

A relação entre a grafita e os minerais de manganês encontrados nas rochas também constitui um outro ponto importante da pesquisa. Segundo Amaral, no início dos trabalhos, os pesquisadores queriam entender por que a grafita e o cobalto estavam presentes em rochas com manganês. O grupo, no entanto, foi além: buscou compreender como e quando a grafita encontrada se formou. Para isso, Santos investigou o mineral a partir de um método chamado urânio-chumbo em zircão, usado para determinar a idade de minerais isolados, e assim estabeleceu a idade desses compostos de carbono: 2 bilhões de anos atrás. “A explosão da vida ocorreu em torno de 540 milhões de anos atrás. As assinaturas de carbono adquiridas com essas análises revelaram que essa grafita tinha, portanto, uma origem biogenética”, explica Amaral.

Os pesquisadores conseguiram assim demonstrar que, no contexto da Era Paleoproterozoica, as grafitas, das quais não se sabia a gênese, têm um ancestral biológico. “Com essa investigação, estamos ajudando a preencher lacunas sobre a evolução do Sistema Terra, ao mesmo tempo em que trazemos à luz detalhes cruciais sobre como a vida influenciou os processos geológicos há bilhões de anos”, afirma Amaral. Para o docente, “eventos como o Lomagundi-Jatuli são de extrema importância para a evolução do nosso planeta, mostrando como a interação entre a vida, a química dos oceanos e as mudanças ambientais moldou-o tal qual o conhecemos hoje”.

O artigo, parte do doutorado de Santos, integra um projeto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre cobalto e manganês. Os demais coautores estão ligados a esse projeto e refinaram os resultados encontrados pelo pesquisador a fim de garantir a precisão científica do trabalho.

Santos trabalhou como professor durante seus estudos na pós-graduação. Por isso, não recebeu bolsas de estudo. No entanto, para realizar sua pesquisa, contou com o apoio financeiro da Society of Economic Geologists (SEG). Atualmente, ele integra o corpo docente da UFC e segue investigando os depósitos minerais e a evolução do planeta na Era Paleoproterozoica em parceria com colegas da Unicamp. Por seu empenho como pesquisador, Santos receberá, da Sociedade Brasileira de Geologia (SBGEO), a medalha Martelo de Prata 2024, destinada a profissionais das geociências que se destacam na produção em pesquisa científica ou trabalhos técnicos e que tenham concluído seu curso de graduação há, no máximo, dez anos.

Foto: Divulgação





Um drible no institucionalizado

Estudo defende “pedagogia da rua” como caminho para devolver o futebol brasileiro às suas origens

Futebol na periferia de Campinas: para Scaglia, a criança aprende mais sobre a prática do futebol na rua do que em qualquer outro lugar

TOTE NUNES
tote@unicamp.br

Desde quando começou a ser praticado no país, a partir do final do século 19, o futebol brasileiro trouxe algo de impertinente. Em 1919, por exemplo, a *Revista Sports* publicava um artigo no qual se referia a um “estilo brasileiro” – que seria uma forma descompromissada, e até alegre, de jogar. Segundo o artigo, havia uma surpreendente destreza e um absoluto desprezo pelas convenções. O jogador brasileiro contrariaria tudo o que vinha sendo pregado pelo Reino Unido – país no qual o futebol da era moderna nasceu. O brasileiro atuaria de um jeito improvisado e conseguiria produzir movimentos inesperados em velocidades que “desorientam os adversários”. Especialistas da época atribuíram essa forma atrevida de atuar à origem do aprendizado. Para eles, o futebolista brasileiro era assim porque havia aprendido a jogar nas ruas.

Hoje, mais de cem anos depois da publicação do artigo, a tarefa dos especialistas não se resume mais a explicar a origem do tal “estilo do Brasil”, mas passa por descobrir caminhos que levem o brasileiro a reaprender a jogar futebol como se fazia na rua – rua aqui entendida como qualquer ambiente informal, como a própria rua, os campinhos de várzea, o quintal, o recreio de escola – enfim, espaços nos quais as crianças brincam e jogam livremente. E essa é a busca do professor Alcides Scaglia, livre-docente da Unicamp em pedagogia do esporte e pedagogia do jogo.

Desde 1992, Scaglia defende a hipótese segundo a qual uma criança aprende mais sobre a prática do futebol na rua do que em qualquer outro lugar. Neste ano, sua convicção ganhou um reforço ao orientar a dissertação de mestrado do estudante Gabriel Orenga Sandoval, intitulada “O jogador em situação: uma pesquisa fenomenológica com cinco jogadores que disputaram a Copa do Mundo de 1982” e apresentada à Faculdade de Educação Física (FEF).

Inserida no Laboratório de Estudos em Pedagogia do Esporte – que estuda a chamada “pedagogia da rua” –, a pesquisa de Sandoval baseia-se no relato de cinco atletas que integraram a seleção de 1982, considerada uma das últimas representantes do “futebol-arte” do Brasil. O time daquela Copa do Mundo, que reuniu craques como Zico, Sócrates e Falcão, ainda é lembrado por torcedores como um símbolo de excelência, apesar de não ter sido campeão.

Sandoval diz que, por exigência do comitê de ética da banca examinadora do trabalho, os nomes dos atletas ouvidos foram mantidos em sigilo. Por isso, aparecem na dissertação com nomes fictícios. Todos eles, no entanto, assinaram um documento no qual afirmam ter prestado o depoimento ao pesquisador e reconhecem a veracidade desses depoimentos. Foram ouvidos dois zagueiros – rebatizados de Julio e Orestes –, dois meias-atacantes – chamados no trabalho de Rui e Zeferino – e um goleiro – identificado como César. Os relatos dos ex-jogadores



Gabriel Orenga Sandoval (à esq.), autor da dissertação, e o professor Alcides Scaglia, orientador: a rua como espaço democrático

guardam um traço comum. Todos os atletas ouvidos pelo pesquisador deixaram pistas de que o aprendizado na rua, com irmãos e amigos mais velhos, produziu um efeito determinante e permanente.

“Pelo relato que deram, percebemos que a forma de jogar estava mais associada ao aprendizado na rua do que nos clubes”, conta Sandoval. Antes deles, relatos semelhantes – de outras pesquisas – já haviam sido colhidos pelo próprio Scaglia. Em 2007, por exemplo, o livre-docente falou sobre esse tema com Pelé, reconhecidamente o maior jogador de futebol de todos os tempos e eleito Atleta do Século XX. Ao longo dos anos, os pesquisadores concluíram que o futebol na rua possui uma dinâmica própria, potencializando a criatividade, a inventividade e o improviso.

Segundo os estudiosos, isso se dá por um motivo simples: a rua representa um espaço de liberdade. Em uma “pelada” de rua, lembram, não há juiz. O elemento consensual para arbitrar conflitos é o próprio conjunto de crianças envolvido no jogo. No futebol de rua tampouco há treinador e, por conta disso, o esporte flui levado pelo acaso, curtido no improviso, na imprevisibilidade. No futebol de rua, as forças podem se apresentar desiguais. Não há faixa etária definida. Meninos de 10 anos encaram marcadores de 17, sem que se aleguem assimetrias insuportáveis. Na rua, joga quem aparecer – grande ou pequeno, forte ou mirrado, habilidoso ou inapto. Por isso, trata-se de um espaço democrático.

Deve-se notar ainda que o campo de jogo, muitas vezes de terra batida ou de grama rala, apresenta todo tipo de irregularidade: planos inclinados, buracos, saliências. A bola, por outro lado, não segue nenhum padrão de qualidade. Importante: na rua os adversários são pessoas. Não se driblam cones. Não há repetições entediadas e muitas vezes inúteis. E joga-se nessas condições assim tão adversas, diz Scaglia, por um motivo também muito simples: o desejo genuíno de jogar.

“No momento em que você começa a transformar a sua relação com a bola em algo que é expressão real do seu de-

sejo, aquela atividade ganha uma dimensão completamente diferente”, avalia o professor. Segundo ele, as pesquisas têm mostrado que a criança aprende melhor na rua.

“E aprende melhor porque aprende por meio de algo que tem um grande significado para ela, um fenômeno que chamamos de aprendizagem significativa. Esse tipo de aprendizagem envolve, fortemente, a própria vontade, o próprio desejo. E essa vontade e esse desejo aparecem no jogo, na sua atitude diante do jogo. Essa atitude não é determinada por alguém de fora, mas mobilizada internamente por você”, explica Scaglia.

Desafios

O desafio que se impõe a partir dessa constatação, segundo o professor, passa a ser outro. Trata-se de transformar essas conclusões em um processo didático, metodológico, a ser aplicado nas escolas. O trabalho de Scaglia diz respeito a isso. Para ele, as crianças de hoje são “institucionalizadas” – têm pouco tempo para brincar em ambientes informais. “Nós não queremos o brincar dirigido. Isso é um problema. Queremos valorizar o brincar informal, esse brincar mobilizado pelo meu desejo de brincar e não pelo desejo do treinador de fazer com que eu brinque”, diz. “Esse é o pulo do gato para o entendimento da pedagogia da rua.”

Scaglia afirma que o professor não deve querer transformar sua aula em pedagogia de rua – mesmo porque essa aula se dá em um ambiente de fato formal, que é a escola. “Mas ele pode se inspirar na pedagogia da rua, para que sua aula se dê com mais liberdade, com mais possibilidades de criação”, diz. Segundo o pesquisador, a aula e a pedagogia da rua mostram-se complementares.

A discussão em torno do tema levou os dois pesquisadores a avaliarem o papel do treinador no futebol profissional. Os treinadores, afirmam, ganharam protagonismo na mesma proporção em que o aprender genuíno da rua foi sendo abafado pelas escolinhas de futebol. “Hoje nós vemos uma maior centralização no treinador e não no jogador”, critica Scaglia. “Em 1982 a gente conhecia o Telê [técnico Telê Santana], mas os jogadores eram mais importantes”, argumenta. “A partir da década de 1990, e muito mais a partir do século 21, o treinador se transforma em estrela.”

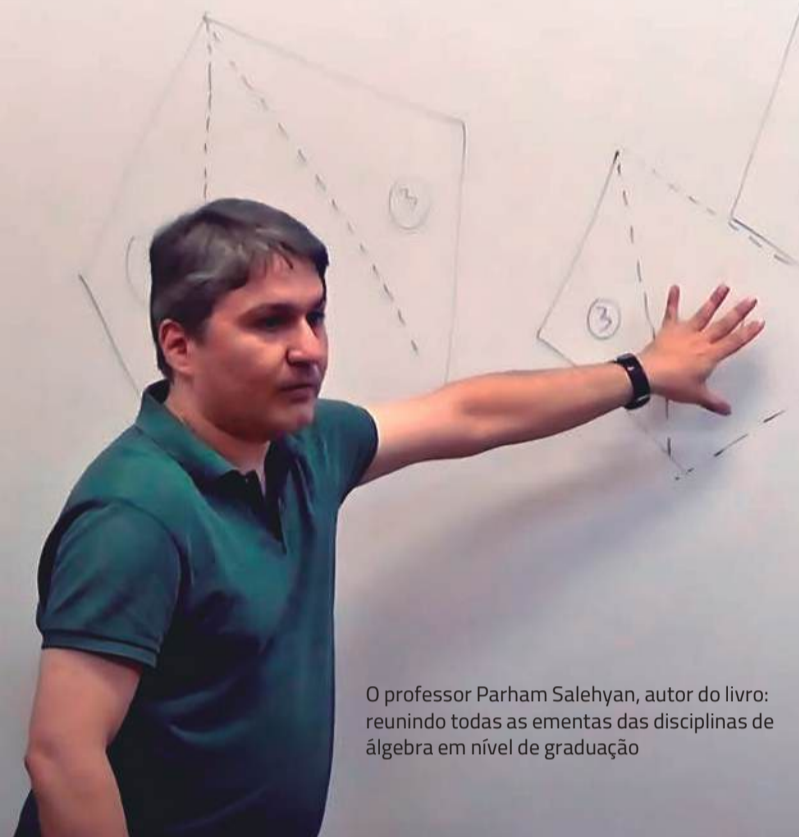
“Hoje a gente conhece mais o treinador do que os jogadores. E esse treinador domina o jogo e impõe suas ideias – em um processo que resulta em um jogo racionalista e não em um jogo estético, não em um jogo pautado pela percepção do jogador. O jogador de hoje joga o jogo do treinador”, afirma o professor.

Por isso, dizem os pesquisadores, é preciso devolver o jogo ao jogador. “Devolver o jogo ao jogador pode significar uma saída para o futebol brasileiro. Na verdade, não apenas para o futebol, mas para o esporte brasileiro”, afirma Scaglia. “E, quem sabe, para a vida. É a ideia que impulsiona alguém a ser o condutor de sua própria vida.”

Foto: Antoninho Perri

Estruturas algébricas são tema de livro

Foto: Reprodução/Divulgação



O professor Parham Salehyan, autor do livro: reunindo todas as ementas das disciplinas de álgebra em nível de graduação

RAFAELA NERES POIANI
Especial para o *Jornal da Unicamp*

Escrito pelo professor Parham Salehyan e publicado pela Editora da Unicamp, o livro *Estruturas Algébricas* trata de assuntos basilares da álgebra, trazendo definições, exemplos e exercícios com diferentes níveis de dificuldade. Por meio da obra, o autor pretende disponibilizar reflexões inéditas a respeito de equações e teoremas não apenas para estudantes de graduação, mas também para aqueles que possuem um conhecimento mais aprofundado sobre a área.

Salehyan é bacharel em matemática pura pela Sharif University of Technology (Irã), doutor em matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e pós-doutor pelo Politecnico di Torino (Itália), além de fazer parte do corpo docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Ao escrever o livro, o docente diz haver tentado preencher a atual lacuna de obras de matemática em língua portuguesa – especialmente sobre álgebra.

Obra, que reúne exercícios com diferentes graus de complexidade, ficou entre os semifinalistas do Prêmio Jabuti Acadêmico 2024

Na entrevista abaixo, o autor explica as motivações por trás da escrita e fala sobre a novidade que a publicação representa para os cursos de graduação.

Jornal da Unicamp – Quais foram as motivações para escrever esse livro?

Parham Salehyan – Desde que comecei a ministrar disciplinas de álgebra no curso de graduação, senti falta de livros em português que abordassem todas as ementas. Existem algumas referências, embora poucas, mas nenhuma delas cobre todas as ementas das disciplinas de forma completa. Alguns livros também não são muito adequados para uma primeira leitura. Além disso, certos tópicos não são abordados de maneira completa. Existem muitos livros excelentes em inglês, mas sabemos bem a dificuldade que alguns alunos têm para consultá-los, especialmente se não estiverem disponíveis nas bibliotecas das universidades. Tudo isso me levou a escrever um livro que atendesse às necessidades dos alunos de graduação em matemática, tanto na licenciatura como no bacharelado, nas disciplinas de álgebra.

JU – Quais foram os critérios para a seleção dos tópicos que o compõem?

Parham Salehyan – Os tópicos foram selecionados com base nas disciplinas de graduação no Brasil, que geralmente são chamadas de Estruturas Algébricas, Álgebra I e Álgebra II, exceto a parte da teoria de Galois. O único tópico que geralmente não faz parte dessas disciplinas é a teoria de módulos. No entanto é cada vez mais comum os alunos de graduação buscarem noções básicas sobre essa teoria devido ao desenvolvimento de projetos de iniciação científica.

JU – A elaboração dos exercícios é resultante de experiências em sala de aula?

Parham Salehyan – Procurei elaborar e selecionar exercícios com diferentes graus de dificuldade.

Alguns são demonstrações de resultados, enquanto outros são utilizados para aplicar os resultados apresentados no texto. A maioria veio de exercícios tratados em sala de aula nas ocasiões que ministrei as disciplinas.

JU – Quais foram os principais desafios?

Parham Salehyan – O maior desafio foi seguir uma sequência natural na apresentação dos resultados, para que o leitor pudesse compreender a razão de ser de cada um. Meu objetivo era que, ao ler o texto, o leitor se sentisse assistindo às aulas sobre os tópicos.

JU – Na sua opinião, qual é o principal diferencial dessa obra, quando comparada a outros livros da área?

Parham Salehyan – Acredito ter conseguido reunir todas as ementas das disciplinas de álgebra em nível de graduação, tornando o livro uma referência completa para essas disciplinas. Além disso, incluí pequenas notas históricas para que o leitor possa acompanhar um pouco da história da matemática e conhecer a origem dos resultados.



Título: Estruturas Algébricas
Autor: Parham Salehyan
Edição: 1ª
Ano: 2023
Páginas: 264
Dimensões: 21 x 28 cm

LANÇAMENTOS



O SEGUNDO CÍRCULO
André Singer, Bernardo Ricupero, Cícero Araujo e Fernando Rugitsky (org.)

Páginas: 464
Dimensões: 16 x 23 cm



QUEM VOCÊ QUER SER?

Gláucia Marcondes e Katiani Shishito

Páginas: 592
Dimensões: 16 x 23 cm



OS ESPAÇOS DE COMUNICAÇÃO

Roger Odin

Páginas: 192
Dimensões: 14 x 21 cm



Damares evoca a família para ofensiva antigênero

Pesquisa analisa as diferenças entre o discurso e a prática na gestão da ministra dos Direitos Humanos de Bolsonaro

MARIANA GARCIA
marianagarcia@unicamp.br

Durante o governo Jair Bolsonaro, em uma manobra conduzida pela ministra Damares Alves para fundamentar uma política antigênero, os direitos humanos sofreram uma guinada à direita. Uma política antigênero calcada na centralidade conferida a uma noção específica de família. Sob a liderança da pastora, o então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos investiu na construção e na disseminação de novas narrativas para ressignificar um esforço tradicionalmente alinhado com políticas progressistas. Em uma pesquisa de doutorado realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, a cientista social Paula Bortolin acompanhou esse processo, analisando as diferenças entre a política social e o discurso adotados pelo antigo governo.

Na tese “A Família do Governo Bolsonaro: Direitos humanos, política antigênero e a moralidade de todos”, a pesquisadora examina a reformulação de um campo que havia ampliado seu escopo desde o início deste século para atender a pautas relacionadas à questões de gênero, do controle de corpos e da diversidade sexual – questões contrárias, portanto, aos interesses da extrema direita.

“Os direitos humanos não são um campo neutro ou estático. Eles estão constantemente sendo disputados por grupos ideológicos. Diversos atores rivalizam pelos conteúdos que vão organizar seus sentidos, e é possível perceber sua moldagem de acordo com determinados interesses e contextos sociais”, resume Bortolin. Seu estudo começou logo após a instituição do ministério, em 2019, e transcorreu no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do IFCH, integrando uma linha de pesquisa sobre as conexões entre religião e política na conjuntura brasileira contemporânea.

A fim de investigar a forma como um certo conceito de família viu-se mobilizado para redirecionar a política social, Bortolin mapeou os conteúdos publicados no perfil oficial mantido pelo órgão federal na rede então conhecida como Twitter (hoje denominada X), nos quatro anos de mandato de Bolsonaro. A pesquisadora coletou e analisou as postagens feitas nessa rede social, concentrando-se nos conteúdos sobre políticas públicas, ações e eventos promovidos pelo órgão, além de declarações de Alves e de seus secretários.

Parte do trabalho desenvolveu-se na França, graças ao apoio do programa Transformações da Laicidade: Novas Relações entre Estado, Sociedade e Religião – uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub, na sigla em francês).

“O estudo da Paula contempla a centralidade do tema da família no governo Bolsonaro. Trata-se de um belo lugar desde o qual observar o panorama, pois envolve atores políticos religiosos, dos quais muitos são extremistas. Há ainda uma característica comparativa, na sua pesquisa, sobretudo no que diz respeito à extrema direita e à sua conexão com a religião, algo que vem crescendo na última década”, diz o professor do IFCH Ronaldo Almeida, que orientou o doutorado.

Estratégia inovadora

Bortolin lembra que os evangélicos não foram os únicos protagonistas da ascensão do conservadorismo no Brasil, afinal, os católicos já estavam extremamente preocupados com questões como as do direito à vida e do aborto. No entanto, somente após a ascensão de Bolsonaro, surgiu no país a conjuntura favorável para a implementação de uma política federal antigênero. Devido a suas posições a respeito da sexualidade, da regulação de corpos e dos vínculos familiares, a atuação evangélica nesse cenário ganhou destaque na tese.

Conhecida até então por uma trajetória religiosa pautada em um discurso radical, Damares atuou, dentro no ministério, implementando uma estratégia inovadora, definida pelo redirecionamento do foco da pasta. Um posicionamento contrário, inclusive, ao discurso do presidente, segundo o qual o campo dos direitos humanos servia para proteger bandidos e presidiários.

“Como ministra, Damares Alves diz que [o ministério] não é contra nada, pelo contrário. Eles estão ali para garantir os direitos humanos para todos. [Alves] enfatizou que não tentaria restringir os direitos da população LGBTQIAPN+, afirmando o compromisso em mantê-los. Contudo, ao priorizar políticas voltadas para fortalecer os vínculos familiares, os direitos individuais daquela comunidade



A pastora Damares Alves durante sessão solene, realizada em outubro de 2019 na Câmara dos Deputados, em alusão ao Dia Nacional da Valorização da Família

ficaram em segundo plano.” Se na fala a política evangélica prometeu inclusão, na prática, evidenciou o estudo, houve um esvaziamento das políticas de gênero e também daquelas voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+.

Com uma produção abundante de conteúdo sobre os direitos da criança, do adolescente e da mulher, os tweets analisados evidenciaram o desaparecimento quase total da palavra gênero: foi mencionada apenas três vezes. Já o termo família permeou todos os outros assuntos, aparecendo de maneira disseminada e sinalizando a importância da ideia de fortalecer certos vínculos familiares para nortear as políticas do ministério. “Damares fez a transversalidade do tema. Ela circulava e levou a questão para o Ministério do Turismo, para a Capes, para a área da educação”, afirma Almeida.

Ao instituir a família como responsável por gerir os problemas e as demandas sociais de seus integrantes, a pasta construiu uma narrativa que serviu para justificar a inclusão e a priorização da categoria nas políticas de direitos humanos. O discurso identificado por Bortolin instituiu o fortalecimento de certos laços familiares como solução para desafios tão diversos quanto o abuso de drogas, a automutilação infantil e juvenil, a violência contra idosos e as desigualdades impostas às mulheres no trabalho e na política. Um núcleo familiar tradicional em equilíbrio e harmonia, segundo essa lógica, conseguiria responder às necessidades de seus membros e teria autonomia para se autogerir. “Essa política reproduz uma ideia de mulher centrada no cuidado, reforçando desigualdades de gêneros.”

Segundo a análise da pesquisadora, a mensagem pretendia reduzir o peso de fatores externos sobre assuntos que, de acordo com esse bloco político, poderiam oferecer risco à instituição familiar – como, por exemplo, a educação sexual. Por outro lado, ao enfraquecer a atuação do Estado, a política do ministério atendeu aos interesses da economia neoliberal. “Todos os focos sociais de responsabilidade estatal – violência, saúde, educação – foram repassados para a família, afinal, os interesses privados precisam vender escola, planos de saúde e lazer. Se o governo oferece tudo, quem vai comprar?”

Além do traquejo para tratar com grupos contrários à política adotada por sua gestão, a estratégia de Alves envolveu uma aproximação com a academia, destoando, mais uma vez, da postura adotada por políticos de mesma orientação. Para criar um arcabouço científico que pudesse respaldar a importância da família no caso dos direitos humanos, o ministério fomentou pesquisas sobre o assunto, financiou bolsas de estudo de pós-graduação e criou o Observatório Nacional da Família. Essa prática, contudo, não é inédita. Anteriormente, lembra Bortolin, também a Igreja Católica havia se aproximado dos cientistas em busca de embasamento técnico que pudesse servir de argumento em discussões sobre os limites da bioética e a descriminalização do aborto.

Ao investir na criação de um repertório técnico e científico para embasar a ideia de que a família tradicional é a responsável por gerir problemas e demandas sociais – algo amplamente difundido no governo Bolsonaro –, a atual senadora deu início a um movimento cujas reverberações para as políticas públicas e para o significado dos direitos humanos, no Brasil, ainda não foram mensuradas, alerta a cientista social. “Esse movimento marca uma nova forma de atuação dos parlamentares evangélicos. A fim de corroborar os preceitos difundidos nas narrativas criadas durante o governo Bolsonaro, foi elaborada uma série de iniciativas. Para que [esses preceitos] ganhem legitimidade e força no espaço público.”



O orientador Ronaldo Almeida, orientador do doutorado: estudo mostra centralidade da família no governo Bolsonaro



A cientista social Paula Bortolin, autora da tese: “Os direitos humanos não são um campo neutro ou estático”

Vestígios que rompem o silêncio

Artista plástico reinterpreta materiais do regime militar para refletir sobre memória e história

ADRIANA VILAR DE MENEZES
avilardemenezes@unicamp.br

“Os meus pais nunca falaram de ditadura militar para mim, nunca narraram suas experiências desse período. Por que esse silenciamento?”, indagou Rafael Pagatini durante muitos anos de sua vida. O artista plástico e professor de gravura na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) batizou a circunstância de “processo de ausência da narrativa” e transformou a inquietação em tese de doutorado no Instituto de Artes (IA) da Unicamp.

Em sua pesquisa, Pagatini investiga as dinâmicas entre arte, história e direito, questionando como essas áreas se alimentam mutuamente e quais suas fronteiras e intersecções. Por meio de uma abordagem que mescla teoria e prática, o artista plástico produziu cinco obras que exploram o imaginário construído em torno das memórias da ditadura militar brasileira. A pesquisa recebeu menção honrosa no Prêmio Capes de Tese 2024, no programa de artes visuais.

Ao problematizar as memórias da ditadura no contexto contemporâneo a partir de procedimentos artísticos, o agora doutor desconstrói o imaginário de progresso constante das peças de propaganda do governo militar brasileiro ao mesmo tempo que propõe um método de construção do conhecimento ancorado no pensamento artístico.

“Quando falo sobre imaginário e afetos, refiro-me à construção simbólica das palavras, como a equivocada ideia de que o golpe de 1964 foi uma ‘revolução’, termo muitas vezes utilizado de maneira quase inconsciente como algo positivo. Ao longo da tese, busco desconstruir essa construção discursiva”, explica o pesquisador.

A partir de fotografias, jornais antigos, imagens e documentos que funcionam como vestígios e memórias da ditadura militar, Pagatini explora as intersecções entre história e direito, com o objetivo de mostrar como essas áreas se manifestam na criação artística. O estudioso sublinha que, além de absorver as reflexões dessas disciplinas, o artista também contribui, por meio de sua produção, com novas perspectivas. “Até que ponto, como artista, posso dialogar e enriquecer essas discussões?”

Reflexos contínuos

A figura do artista, diz Pagatini, também se insere nesse contexto de ausência de relato oral. Sob essa perspectiva, o pesquisador identifica reflexos contínuos da ditadura, cujo efeito é “uma influência que persiste no imaginário de parcela significativa da população”. A análise se expande a fim de refletir sobre as formas de transmissão dessas memórias para as gerações posteriores e sobre como ocorre o processo de apropriação dessas histórias.

“Abro a tese explorando a complexidade das relações entre história e memória, desconstruindo o conceito de ‘memória benevolente’, do historiador Carlos Fico. Aqueles eram tempos de chumbo, mas as pessoas insistem em retratá-los como anos dourados”, diz.

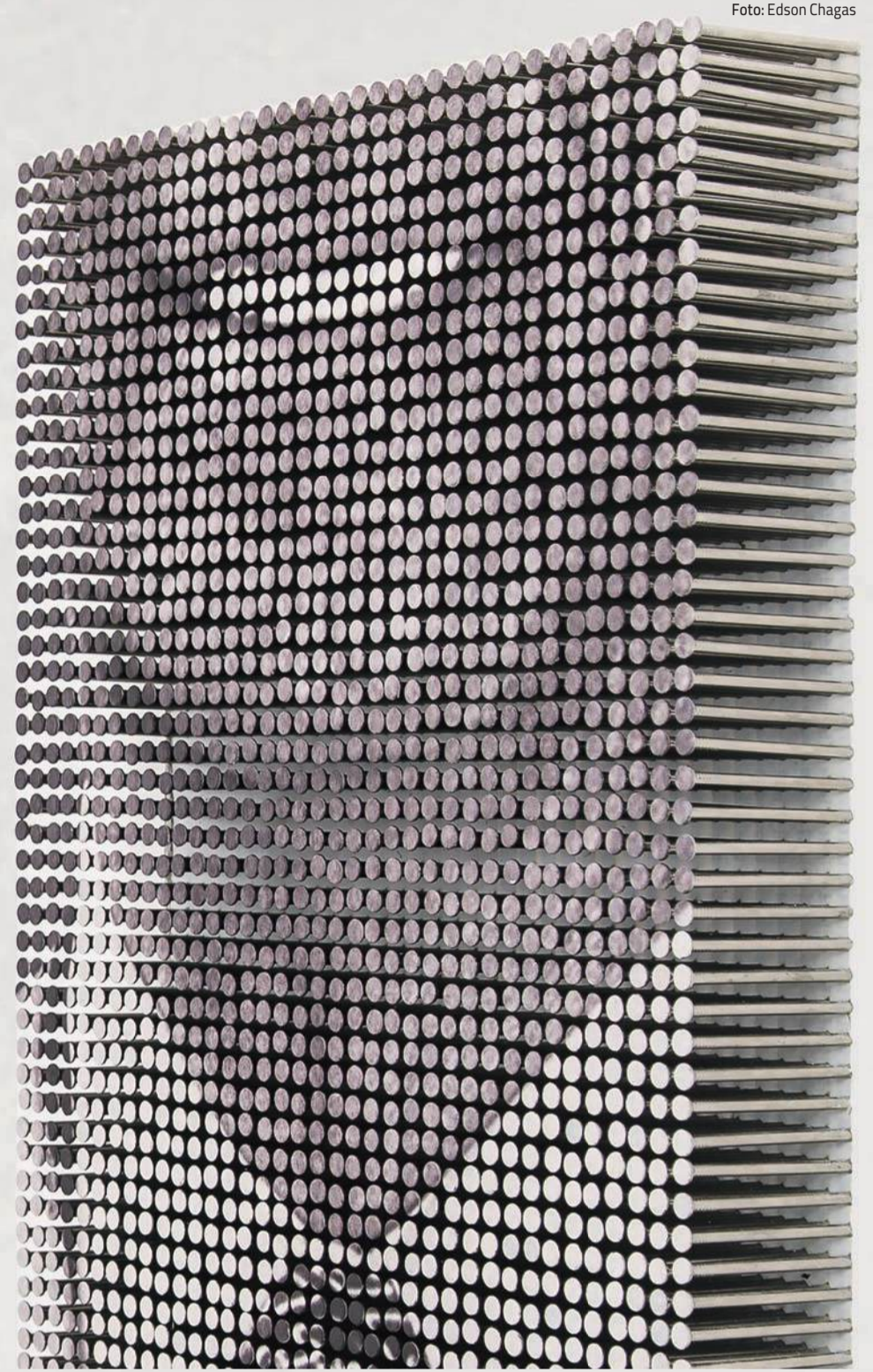
Pagatini pesquisou processos jurídicos históricos, como o Tribunal de Nuremberg (1945-46) – que julgou líderes nazistas –, para compreender a transformação da vítima em testemunha da história. No Brasil, não houve julgamento dos torturadores da repressão militar, ao contrário do que aconteceu na Argentina, por exemplo.

Tendo feito graduação e mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pagatini escolheu a Unicamp para realizar seu doutorado, sob orientação da professora Luise Weiss, que já era uma referência artística sua. Hoje, o pesquisador é professor na Ufes, onde dá aula de gravura, a mesma disciplina de sua orientadora.

Escavando memórias

“Tenho uma afinidade grande com o trabalho do Rafael na questão da memória e do esquecimento. É sobre aquilo que a gente vai escavando, tentando entender melhor. A questão que fica é sobre quais imagens também têm que falar. São vestígios. De alguma forma, nós lutamos contra o esquecimento”, afirma a professora.

“Eu vejo como uma necessidade esse papel do artista de trazer a memória e questionar, porque a história vem sempre filtrada. Sobre o período do golpe [1964], por exemplo, não sabemos tudo. Do genocídio indígena, também não, nem do Holocausto,



Detalhe da obra "Retrato Oficial", de Pagatini: impressão UV sobre pregos de aço inox, baseada no retrato oficial de João Baptista Figueiredo, presidente do Brasil de 1979 a 1985

nem da Palestina. O artista não precisa descrever, mas traduzir nas artes visuais para fazer pensar ou sentir marcas desse passado”, defende Weiss.

Pagatini produziu cinco trabalhos artísticos na tese: “Bem-vindo presidente”; “Dops”; “Manipulações”; “Camadas”; e “Retrato Oficial”. O primeiro faz referência aos anúncios publicados nos jornais de Vitória (ES), nas décadas de 1960 a 1980, dando boas-vindas aos presidentes gerais na inauguração de grandes empreendimentos.

“Os anúncios promoviam a ideia de um Brasil promissor, uma narrativa que foi apropriada pelo regime militar.” Alguns anúncios dessa instalação constam de uma ação movida pelo Centro Europeu pela Constitucionalidade dos Direitos Humanos, em auxílio ao Ministério Público de São Paulo (MPSP), contra a Volkswagen, a qual, durante a ditadura, permitiu que em suas instalações no Brasil ocorresse a prática de tortura. Em 2019, Pagatini realizou uma exposição em Berlim (Alemanha) a convite do Centro Europeu. O pesquisador elaborou parte do seu doutorado naquele país, especificamente em Hannover.

Na obra “Manipulações”, Pagatini utiliza a imagem de um Volkswagen Fusca em chamas, capturada nas redes sociais durante as manifestações de 2013. “Fiz uma grande xilogravura em um compensado, mesmo material usado nas fachadas dos bancos com vidros quebrados. A ideia era conectar essa materialidade das manifestações à imagem simbólica do Fusca, o mesmo carro em que [Carlos] Marighella foi morto em uma emboscada; e também à explosão do Jaguar no Riocentro.”

No trabalho “Retrato Oficial”, impressão sobre mais de 11 mil pregos de aço fixados em uma parede, Pagatini utilizou como referência os retratos oficiais dos presidentes do Brasil, desde 1889, reunidos no Palácio do Planalto. Todos os militares titulares do cargo usaram seu uniforme na foto oficial, menos os generais que assumiram a presidência entre 1964 e 1985. “Isso não é por acaso”, aponta.

Em sua obra “Dops”, o artista-pesquisador abre a possibilidade de interação com o público, utilizando fotos produzidas por um policial de Vitória (ES) a serviço do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). No verso das fotos o policial identificou os suspeitos classificados como subversivos, indicando características das roupas que vestiam, como, por exemplo, a cor das camisetas. Uma reação química deixou todas as roupas da mesma cor.

“O público é convidado a identificar a legenda correta para cada foto, percebendo, assim, que sob o olhar do agente e do Estado brasileiro todas as pessoas ali representadas eram vistas como potencialmente subversivas. O que mais causa indignação é que essas pessoas, rotuladas como subversivas, continuam sendo consideradas inimigas, de acordo com as leis vigentes, já que a Justiça nunca condenou os torturadores. Essa falha jurídica perpetua esses estigmas e injustiças em nosso imaginário coletivo.”

Foto: Antonio Scarpinetti



A orientadora Luise Weiss: “De alguma forma, nós lutamos contra o esquecimento”

Foto: Maria Catarina Altoé Fabre



O artista plástico e pesquisador Rafael Pagatini: desconstruindo a ideia de uma ditadura benevolente